

ARQUEOLOGIA 3.0

ARQUEOLOGIA 3.0

II. COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO
E SOCIALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA

II. COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA



ARQUEOLOGIA 3.0

II. COMUNICAÇÃO,
DIVULGAÇÃO
E SOCIALIZAÇÃO
DA ARQUEOLOGIA

COMISSÃO CIENTÍFICA

André Carneiro (ECS-UÉ)
António Candeias (HERCULES-UÉ)
Carlos Fabião (UNIARQ-UL)
Maria de Jesus Monge (MBCB-FCB)
Rui Dias (CCVEstremoz-UÉ)

COMISSÃO ORGANIZADORA

André Carneiro (ECS-UÉ)
Isabel Machado (CCVEstremoz-UÉ)
Mónica Rolo (UNIARQ-FLUL)
Noel Moreira (CCVEstremoz-UÉ)
Susana Campos (CCVEstremoz-UÉ)

COMISSÃO EXECUTIVA

Ana Martins (UÉ)
Eduardo Pereira (CCVEstremoz-UÉ)
Inês Borrões (MBCB-FCB)
Noel Moreira (CCVEstremoz-UÉ)
Nuno Mourinha
Mónica Rolo (UNIARQ-FLUL)
Sara Ramalho (MBCB-FCB)
Susana Campos (CCVEstremoz-UÉ)

COORDENAÇÃO

Mónica Rolo

APOIO TÉCNICO

João José Bilro (MBCB)

TEXTOS

Desiderio Vaquerizo Gil
Ana Patrícia Magalhães
Inês Vaz Pinto
Patrícia Brum
Filipa Araújo Dos Santos
Juan José Pulido Royo
Sabah Walid Sbeinati
Javier Andreu Pintado
Mário Nuno Antas
José Inverno
Abel Morcillo León
Pilar Caldera De Castro
Jesús García Sánchez
Manuel Gago Mariño
José M. Costa-García
Manuel Fernández-Götz
Maria Galego
Hermínia Santos
Juan Pablo López García
Pilar Tormo Martín De Vidales
Rui Dias
Nuno Mourinha
Noel Moreira

Castelo de Vila Viçosa,
15 e 16 de Março de 2018

Concepção gráfica, impressão
e acabamento: Rui Belo, Lda.

EDIÇÃO

© Fundação da Casa de Bragança

Depósito Legal: 453231/19

ISBN: 978-972-9195-53-2

Organização:



FUNDAÇÃO DA CASA DE BRAGANÇA
MUSEU-BIBLIOTECA



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO
E FORMAÇÃO AVANÇADA

CHAIA
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM ARTE
E INVESTIGAÇÃO ARTÍSTICA
www.chaia.ucp.pt



Instituto de Ciências da Terra



Parcerias:



REPÚBLICA
PORTUGUESA
CULTURA

PATRIMÓNIO
CULTURAL
Direção-Geral do Património Cultural



U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

FLUL FACULDADE DE
LETRAS

CENTRO DE ARQUEOLOGIA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA
uniarq

ARQUEOLOGIA 3.0

II. COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA

PATRIMÓNIO EDIFICADO NO TRIÂNGULO DO MÁRMORE; evidências para a utilização contínua do mármore de Estremoz desde época medieval à idade contemporânea

Nuno MOURINHA¹, Noel MOREIRA^{1,2}

¹ CIDADE - Cidadãos pela Defesa do Património de Estremoz; Rua Bento de Jesus Caraça, nº 2, R/C, 7100-104 Estremoz, Portugal;

² Instituto de Ciências da Terra, Pólo da Universidade de Évora; Rua Romão Ramalho, nº 59, 7000-671 Évora, Portugal.

RESUMO:

A exploração industrial do mármore no Triângulo do Mármore (Estremoz, Borba, Vila Viçosa) iniciou-se provavelmente durante a ocupação Romana da Hispânia. Desde aí, existe um (quase) vazio de informação sobre a exploração industrial deste recurso no Triângulo do Mármore, nomeadamente entre a Idade Medieval e a Contemporânea. No presente trabalho apresentam-se um conjunto de dados que mostram que a exploração industrial deste recurso nesta região subsiste desde o século XIII à atualidade de forma contínua (embora possam haver pequenos interregnos temporais), baseado na análise temporal do património edificado desta região. A utilização do mármore no património edificado permite avaliar de que forma se deu o desenvolvimento urbano regional, permitindo a sua interligação com os eventos históricos do território português. O

mármore é um recurso amplamente utilizado no património militar, religioso ou administrativo no Triângulo do Mármore, apresentando-se como um elemento simbólico na ligação material ao nobre, imperial e divino.

Palavras-chave: Património, Mármore, Exploração industrial

ABSTRACT:

The industrial exploitation of marbles in the Marble Triangle (Estremoz, Borba, Vila Viçosa) probably began during the Roman Period. Since then, there is a (almost) lack of information about the regional industrial exploitation of this resource, particularly from Medieval to Contemporary Age. In the present work, it is presented a set of data which show that the industrial exploitation of this resource in the region subsists from the 13th century until the present day (may have been small temporary stoppage), based on the temporal analysis of the heritage building construction. The use of marble in the heritage buildings in this region allows to evaluate how the urban development of the region has taken place and the interconnection with the historical events of Portugal. Marble is a widely used resource in religious, administrative and military buildings, as a symbolic element in the material connection to the noble, imperial and divine.

Key-words: Heritage, Marble, Industrial exploration

1. Introdução

A ocupação do território, desde as épocas mais remotas, não é aleatória, obedecendo a determinados comportamentos e/ou necessidades por parte das comunidades. Esta ocupação buscou desde sempre locais de inegável beleza estética, de importância estratégica do ponto de vista defensivo e/ou, inevitavelmente, de abundância de recursos naturais, sejam eles agrícolas, hídricos ou geológicos. É nesta última tipologia de recursos que a região dos concelhos do Triângulo do Mármore (leia-se Estremoz, Borba e Vila Viçosa) é extremamente rica, o que não deve ter sido totalmente alheia a ocupação e defesa deste território. A abundância de recursos hídricos é outra das características da região, algo que é necessário não só para a subsistência das comunidades, mas também para a exploração deste recurso geológico.

A utilização e exploração do mármore como recurso inicia-se nesta região, pelo menos, durante o período de ocupação romana da Península Ibérica, nomeadamente durante a ocupação/conquista da Hispânia, estando disperso por vários locais do Império Romano, com especial ênfase nos domínios que hoje designamos por Península Ibérica (Cabral *et al.*, 1992; 2001; Lapuente & Turi, 1995; Lapuente *et al.*, 2000; 2014; Morbidelli *et al.*, 2007; Origlia *et al.*, 2011; Taelman *et al.*, 2013). Neste período histórico, a

exploração do mármore é intensa e, pela primeira vez na história da região, pensa-se que a exploração é feita de forma (proto-)industrial. Esta exploração industrial não deve ser alheia ao facto da existência de abundante do recurso e da sua qualidade, mas está também intimamente ligada às características culturais e estéticas do povo romano.

Após o período romano, os dados (arqueológicos e escritos) sobre a exploração de mármore na região, seja ela industrial ou não, escasseiam. Durante o período de ocupação árabe, das reconquistas cristãs e até durante o período da monarquia portuguesa, a documentação sobre a exploração deste recurso é insuficiente, mal organizada/catalogada ou até mesmo inexistente. O presente trabalho pretende expor que a exploração industrial deste recurso na região permanece de forma contínua (embora possam haver pequenos lapsos temporais na exploração do recurso) desde a idade medieval à idade contemporânea, tendo como base a utilização do mármore no numeroso património edificado da região, ao mesmo tempo que tenta interligar esta utilização com os diversos eventos históricos do território nacional.

2. Enquadramento Geológico dos Mármore de Estremoz

O Triângulo do Mármore fica localizado no que usualmente se designa de Maciço Ibérico, caracterizado pela presença de rochas ante-mesozóicas (**Fig.1A**; e.g. Ribeiro *et al.*, 197; 2007). Este maciço é por sua vez subdividido em diferentes zonas tectono-estratigráficas, de acordo com as sucessões de unidades litológicas presentes e as suas características tectono-metamórficas e estruturais (e.g. Ribeiro *et al.*, 1979; 2007; Dias *et al.*, 2016), entre as quais a Zona de Ossa-Morena, onde fica localizada a região em causa (**Fig.1A**; e.g. Ribeiro *et al.*, 1979; Oliveira *et al.*, 1991). O Maciço Ibérico preserva um conjunto rochas e estruturas geológicas que indicam a atuação de forças capazes de gerar uma cadeia de montanhas durante o Paleozóico superior, cadeia totalmente desmantelada pela ação dos agentes da dinâmica externa (Moreira & Dias, 2015).

Uma dessas estruturas geológicas, apenas visível à escala cartográfica, é o Anticlinal de Estremoz, que se estende por aproximadamente 40 km desde Sousel a Alandroal (**Figs. 1A e 1B**). Esta estrutura inclui uma unidade composta maioritariamente por mármore calcíticos (Complexo Vulcano-Sedimentar Carbonatado de Estremoz), vulgarmente denominados como Mármore de Estremoz. Os Mármore de Estremoz são uma matéria-prima de inegável beleza estética e qualidade, graças aos mais variados padrões cromáticos, texturas e características físico-químicas (Lopes & Martins, 2015), sendo explorados num dos principais polos extrativos de rochas ornamentais de Portugal, o Triângulo do Mármore.

A sucessão de unidades do Anticlinal de Estremoz inicia-se com a Formação de Mares (Neoproterozóico), composta por xistos negros, chertes/liditos e metagrauauques que ocupam uma posição central no anticlinal (Gonçalves, 1970; Oliveira *et al.*, 1991; **Figs. 1B e 1C**). Sobre ele repousa discordantemente a Formação Dolomítica (mármore dolomíticos e calcíticos, por vezes xistificados, pontualmente com metavulcanitos básicos intercalados), a qual na sua base apresenta um nível de metaconglomerados e meta-arcoses intercalados com metavulcanitos ácidos (**Fig. 1C**; Oliveira *et al.*, 1991; Pereira *et al.*, 2012; Araújo *et al.*, 2013); esta unidade é considerada como sendo câmbrica inferior, por correlação com a Formação Carbonatada de Elvas (Oliveira *et al.*, 1991; Araújo *et al.*, 2013). No topo da Formação Dolomítica ocorre um horizonte silico-ferruginoso (**Fig. 1C**), sobre o qual surge o Complexo Vulcano-Sedimentar Carbonatado de Estremoz, caracterizado pela presença de mármore, com intercalações de calcoxistos e de metavulcanitos ácidos e básicos (**Figs. 1B e 1C**; Oliveira *et al.*, 1991; Pereira *et al.*, 2012). A idade desta unidade tem sido alvo de discussão ao longo das últimas décadas (e.g. Piçarra & Le Menn, 1996; Piçarra, 2000; Lopes, 2003; Piçarra & Sarmiento, 2006; Pereira *et al.*, 2012; Araújo *et al.*, 2013; Moreira *et al.*, 2016; 2018), tendo sido atribuídas idades variáveis, desde o Câmbrico ao Silúrico superior-Devónico inferior. O Complexo Vulcano-Sedimentar Carbonatado de Estremoz apresenta diferentes variedades de mármore, sendo que no topo se situam as variedades mais escuras (e.g. Ruivina e Marinela); ao descer na sequência ocorrem vários tipos de mármore creme / branco mais raramente cor-de-rosa (Lopes, 2007).

Esta sucessão é constituída na sua totalidade por rochas metamórficas, que resultaram de um conjunto de transformações físicas e químicas no estado sólido, que decorreram ao longo do tempo geológico devido à ação da pressão e temperatura e que levaram à reorganização dos elementos que constituem uma rocha pré-existente. Para cada uma destas formações/unidades litológicas existe assim um conjunto de litótipos originais que, após o processo metamórfico, dão origem a uma rocha metamórfica.

No caso dos Mármore de Estremoz, estes resultaram do metamorfismo de calcários marinhos depositados numa plataforma oceânica pouco profunda durante o Paleozóico inferior (Oliveira *et al.*, 1991; Gozalo *et al.*, 2013; Álvaro *et al.*, 2014; Moreira *et al.*, 2014a; Moreira, 2017), sendo que o processo metamórfico obliterou na sua (quase) totalidade as características primordiais destes calcários. Durante o processo de metamorfismo, não houve alteração significativa da composição química dos mármore, (tanto os calcários como os mármore são constituídos essencialmente por calcite - CaCO₃); a transformação é essencialmente de natureza física, sendo que os calcários recristalizaram por ação de temperaturas na ordem dos 150 a 300°C (Lopes, 2003).

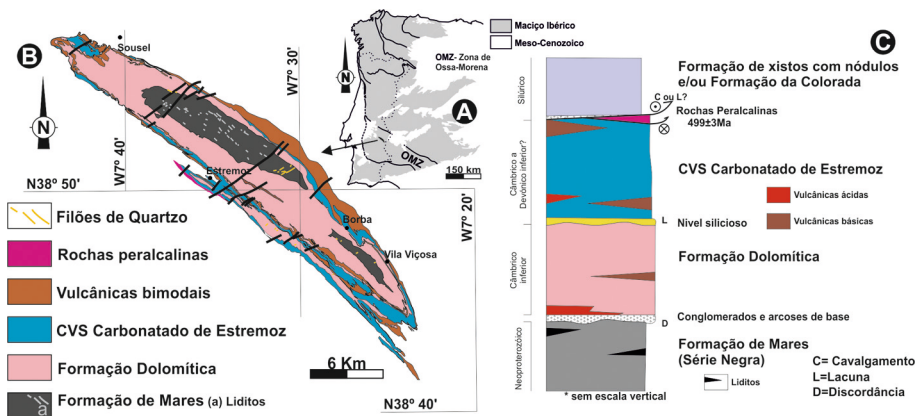


Figura 1: Enquadramento geológico do Anticlinal de Estremoz no contexto do Maciço Ibérico (adaptado de Gonçalves, 1972; Gonçalves & Coelho, 1974; Lopes, 2003; LNEG, 2010; Pereira et al., 2012): A - Localização do Anticlinal de Estremoz no Maciço Ibérico; B - Mapa geológico simplificado do Anticlinal de Estremoz; C - Coluna estratigráfica simplificada do Anticlinal de Estremoz.

Estes antigos calcários marinhos (agora mármore) foram submetidos à ação de processos metamórficos coadunáveis com soterramento associado à gênese de uma cadeia de montanhas. O soterramento das unidades sedimentares é uma situação normal durante a gênese de cadeias de montanhas, onde os processos de deformação das rochas leva ao empilhamento destas sequências. Como referido, estes mármore afloram numa estrutura em anticlinal (Anticlinal de Estremoz; Gonçalves, 1972; LNEG, 2010), que representa uma dobra de dimensão quilométrica, com concavidade para baixo e onde as rochas mais antigas (Formação de Mares) afloram no núcleo da estrutura (Fig. 1). Esta dobra à escala cartográfica resulta dos processos relacionados com a Tectónica de Placas do Paleozóico superior, estando a sua origem relacionada com a Orogenia Varisca (Lopes 2003; Moreira et al., 2014b). Esta orogenia é responsável pela formação da Cadeia Varisca, que resultou do fecho do Oceano Rheic, o principal Oceano Varisco, que culmina com a colisão de dois megacontinentes, a Gondwana a sul e a Laurentia a norte, e outros blocos continentais menores, entre o Devónico e o Pérmico (≈416-252 Ma; e.g. Ribeiro et al., 2007; Moreira et al., 2014b; Dias et al., 2016; 2017).

3. Exploração de Mármore no Anticlinal de Estremoz; integração no contexto histórico

Alguns recursos naturais despertaram especial interesse no Homem. São criados simbolismos associados às características físicas destes recursos que, por norma, persistem ao longo dos séculos. No caso do mármore, pela sua alvura, textura e brilho, desde muito cedo serviu como matéria-prima no diálogo entre o humano e o divino, o nobre e o plebeu.

Desde o Calcolítico começam a surgir objetos em mármore, como são exemplo as esferas de mármore, finamente polidas, que podem ser interpretadas como testemunho material de cultos agrários ou telúricos, principalmente por corresponderem a uma matéria-prima exógena ao local (Deus & Viana, 1953; Leisner & Leisner, 1959).

É, contudo, em época romana que tem início a exploração (proto-)industrial de mármore no Anticlinal de Estremoz. Terá sido um início tímido, como parecem apontar os retratos da fase mais antiga de *Augusta Emerita* (Mérida), atribuídos aos colonos fundadores e realizados com mármore do Anticlinal de Estremoz (Nogales Basarrate, 1997), demonstrando que o conhecimento do recurso estaria já adquirido, estando o seu uso apenas dedicado a situações muito concretas e aparentemente de uso privado. O Templo do Fórum de Évora surge-nos como outro exemplo desta fase inicial de exploração onde se identifica um primeiro momento, de datação algo imprecisa (possivelmente nos inícios do século I; Hauschild, 1991; 1995/1997), em que a matéria-prima utilizada para a construção do recinto é o granito estucado, sendo apenas as bases e capitéis do templo em mármore do Anticlinal de Estremoz. Esta escolha seletiva da utilização de mármore aparenta dever-se à escassez de matéria-prima disponível. A “marmorização” do Fórum terá sido implantada apenas nos finais do século I, já em período Flaviano (Hauschild, 2010).

A primeira metade do séc. I reflete o período de intensificação exponencial da exploração destas rochas ornamentais no Anticlinal de Estremoz. A matéria-prima daqui extraída foi utilizada em larga escala para produção escultórica, desde épocas precoces da existência da urbe romana, com uma difusão tão vasta que se estende desde *Conimbriga*, *Sellium* (Tomar), *Pax Iulia* (Beja) e *Mirtilis Iulia* (Mértola) até às distantes províncias da Bética e de Astorga (Cisneros *et al.*, 2010–2011). No entanto, a utilização deste mármore vai para além da opulência arquitetónica ou da estética escultórica. O seu uso passa também pelo diálogo entre vivos e mortos, entre Homens e Deuses gravando a palavra, para a posteridade, em epígrafe. Exemplos bem claros deste facto são as inúmeras inscrições identificadas no Santuário de Endovélico (S. Miguel da Mota, Alandroal), onde predomina em absoluto o mármore do Anticlinal de Estremoz (Fabião *et al.*, 2008), em S. Salvador de Aramenha, já em época de Cláudio, onde este mármore é amplamente utilizado como suporte epigráfico, nomeadamente no célebre juramento da

civitas ammaiensis (IRCP, 615), ou na homenagem a Cornélio Macro (IRCP, 618). O consumo romano de mármore mantém-se no século II, como se comprova no espólio exumado na *villa* de Santa Vitória do Ameixial (Estremoz), onde foi encontrada diversa estatuária e elementos arquitetónicos em mármore da região (**Fig. 2A**). A utilização do mármore serve então como prova da nobreza e riqueza dos senhores das *villae*.

Contudo, o conhecimento das antigas pedreiras é, infelizmente, mais escasso. Mantém-se confinado a casos pontuais (Carneiro, 2013) como sejam da Pedreira da Herdade da Vigária (Vila Viçosa; Fig. 2B) onde foi registada e documentada uma antiga frente de pedreira de época romana (Alarcão & Tavares, 1989) ou o caso da Pedreira do Regoto (Glória, Estremoz), onde se identificou um bloco irregular com duas cavidades talhadas em forma de sarcófago (Maciel, 1998).

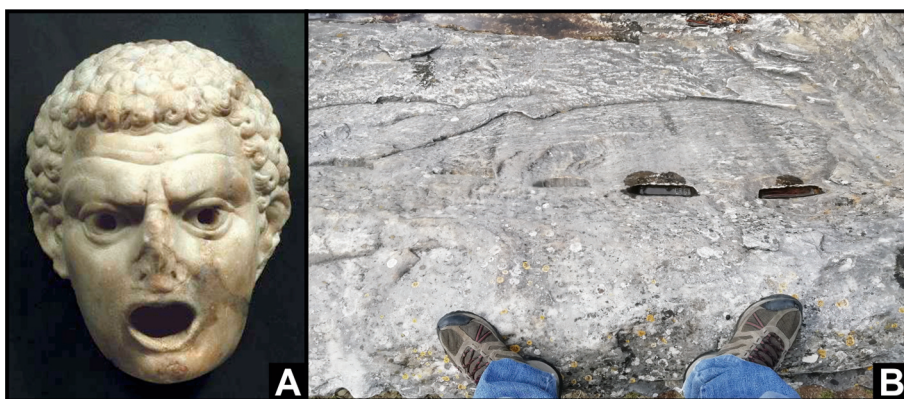


Figura 2: Evidências de utilização do mármore durante época romana: (A) Carranca fontenária, em Mármore local, do século II d.C. encontrada nas termas *villa* de Santa Vitória do Ameixial (Estremoz; Espólio do Museu Nacional de Arqueologia, Inv. 994.16.1); (B) Evidência de exploração romana encontrada na região da Vigária, com a presença de cunhas de exploração em bloco de mármore (removido do local original e exposto no Castelo de Vila Viçosa).

Com a queda do Império Romano, a exploração do mármore parece diminuir. O conceito de *Pax Romana* é agora apenas uma memória; é o início das invasões bárbaras na Península Ibérica. A região do Triângulo do Mármore não deverá ter sido contudo muito afetada. Continuaram a sepultar os seus mortos como tinham feito em gerações anteriores, como acontece na necrópole da Silveirona (Santo Estêvão, Estremoz), com a reutilização de antigas lápides romanas de mármore (Cunha, 2008; Wolfram, 2011). Todavia as escavações realizadas em edifícios religiosos, com cronologia entre os séculos V e X, como a igreja visigótica do Montinho das Laranjeiras ou

a mesquita do Castelo Velho de Alcoutim permitiram identificar elementos arquitetónicos de mármore. No caso do Castelo Velho de Alcoutim foi identificado um fragmento de coluna de mármore branco, possivelmente de Estremoz, de características paleocristãs e/ou visigóticas, de particular influência bizantina (Catarino, 2006).

Estes vestígios fazem-nos ponderar se após o período de invasão, antigos e novos habitantes do anticlinal, não terão retomado os trabalhos de laboração das velhas pedreiras de forma mais artesanal? Ou serão estes achados apenas reaproveitamentos de legados de tempos idos?

3.1. O Mármore de Estremoz em Época Medieval

Tendo em conta o florescimento cultural e económico que caracterizou o período omíada e o fortalecimento de um comércio estreito entre Évora, Badajoz e a região de Córdova é possível que mármore continue a ser um recurso desejado e a sua exploração se mantenha. Contudo, não existem dados que confirmem claramente a presença muçulmana na zona do Anticlinal de Estremoz. Que se conheça, existe o possível reaproveitamento de uma epígrafe romana, originária da *villa* de Santa Vitória do Ameixial (Estremoz), onde se identificaram grafitos islâmicos (informação oral fornecida pelo Dr. Fernando Branco Correia), bem como a presença de alguns capitéis, do período visigótico-moçárabe, de mármore branco possivelmente provenientes da região do Triângulo do Mármore (e.g. capitéis preservados Museu Municipal Pedro Nunes, Alcácer do Sal; Limão, 2007).

Com a conquista de Faro ao califado Almóada, em 1249, o Algarve é incorporado no reino de Portugal. Estes eventos irão gerar um conflito diplomático com o reino de Castela, que considerava que o Algarve lhe pertencia. É durante este período de guerra com Castela, que só irá finalizar com a assinatura do tratado de Badajoz, que Afonso III inicia a construção (ou em alguns casos reestruturação) das diversas estruturas fortificadas inseridas na região como é o caso de Estremoz, Évoramonte, Borba e Vila Viçosa (**Tabela I; Figs. 3A e 3B**). A utilização de mármore nestas construções é notória no caso de Estremoz onde a Torre de Menagem é completamente edificada recorrendo a esse material (**Fig. 3A**). O mesmo acontece com as Portas de Entrada dos recintos amuralhados de Vila Viçosa e Estremoz (**Fig. 3B**), onde o mármore é utilizado de modo a enobrecer estes espaços, muitas vezes aproveitados para a realização de assembleias e demais atos concelhios.

Afonso III irá conceder forais a estes locais que atribuíam ou confirmavam liberdades, que incluíam o governo próprio e a autonomia face à nobreza ou a membros do clero em troca de uma contrapartida (taxa pecuniária e/ou géneros). Esta autonomia é perceptível no caso estremocense onde se encontra um dos mais antigos paços do concelho medievais identificados no nosso país (**Tabela I**). Este paço concelhio torna-se ainda mais interessante por emular as casas do capítulo conventuais. Ela proporciona-

va, de facto, o espaço explicitamente concelhio e público para o exercício da Justiça e, suplementarmente, o lugar mais digno para reuniões, assembleias e ajuntamentos festivos e cívicos a toda a comunidade. Como espaço coletivo de reunião e assembleia que era, este foi a seu tempo dignificado arquetonicamente, com a ampla utilização de mármore.

Tabela I - Património edificado dos concelhos do Triângulo do Mármore com início de construção no século XIII.

Localização	Edifício	Ano de construção	Notas	Referências
Borba	Castelo de Borba	Início em 1226-1229 e muralha em 1302	Silharia em mármore na muralha e portas	SIPA; DGPC; CMBorba
Estremoz	Igreja do convento de São Francisco	1271-1304; primeira referência na década de 1230; remodelação no séc. XVII e XVIII	Silharia em Mármore, com ampla utilização de mármore (branco e negro) nos pilares de sustento das naves e elementos decorativos	SIPA; DGPC; CMEstremoz
Estremoz	Porta de Santarém, Muralha Medieval	1261	Porta e lápide comemorativa da finalização da muralha	SIPA; CMEstremoz
Estremoz	Porta da Frandina, Muralha Medieval	1261	Arco parcialmente construído em mármore (e granito que poderá resultar de uma remodelação?)	CMEstremoz
Estremoz	Torre de Menagem	Séc. XIII até ao séc. XIV (1370)	Torre em silharia de mármore; Mérlão das Três Coroas em mármore	SIPA; DGPC; CMEstremoz
Vila Viçosa	Castelo de Vila Viçosa	Séc. XIII - início em 1270(?) e provável término em 1297; remodelações no séc. XIV, XVII e XX	Portas da cerca muralhada e silharia utilizada pontualmente ao longo a muralha	SIPA; DGPC

Tudo indica que a casa da audiência de Estremoz (**Fig. 3C**) terá sido construída em torno de 1320, no âmbito de um ciclo construtivo pujante e renovador. Com efeito, seja qual for a data da audiência de Estremoz, a verdade é que a sua construção integra um conjunto de obras levadas a cabo durante o amplo tempo histórico (**Tabelas I e II**) que parece ter-se iniciado durante o reinado de D. Afonso III (r. 1245-1279) e teve o seu epicentro no reinado de D. Dinis (r. 1279-1325), prosseguindo durante o reinado de D. Afonso IV (r. 1325-1357). Ainda hoje é visível o contraste entre os materiais utilizados, o acrescento de alvenaria caiada quinhentista sobre aparelho regular de mármore trecentista.

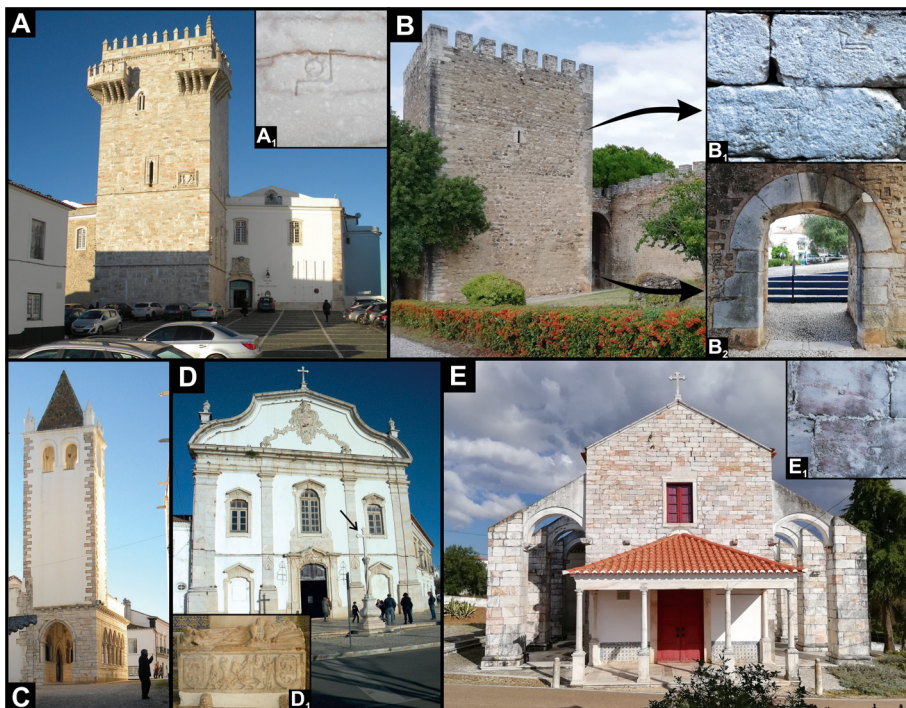


Figura 3: Património edificado medieval do Triângulo do Mármore: (A) Torre de Menagem do Castelo de Estremoz com silharia em Mármore, com marcas de canteiro [A1]; (B) Muralhas do Castelo de Vila Viçosa com silharia em Mármore, com marcas de canteiro [B1], na Torre e nas portas da Cidade [B2]; (C) Casa da Audiência de Estremoz, com a sua Torre do Relógio resultante da reforma Manuelina, com ampla utilização da silharia de Mármore em toda a Galilé; (D) Actual aspecto da Igreja de São Francisco, denotando a fachada do séc. XVIII e o cruzeiro de São Francisco do séc. XVI-XVII, onde se encontra o Túmulo de Esteves Gatz [D1], todas estas peças feitas em Mármore de tonalidades claras da região; (E) Fachada da Igreja dos Mártires, construído em silharia de Mármore, com inscrições de canteiro [E1].

É neste mesmo período que se dá a chegada dos franciscanos a Estremoz, o que deverá ter ocorrido em 1239. As datas relativas à fundação da igreja, porém, não são consensuais. Existem referências de primeiro convento, bastante rudimentar e posteriormente desaparecido, fundado no local de um eremitério doado pelos monges de São Bento de Avis, situando a fundação da igreja (**Fig. 3D**), em data bastante posterior, durante o reinado de D. Afonso III, algures entre 1271 e 1279 (**Tabela I**). Que a igreja foi edificada sob a proteção de D. Beatriz, mulher de D. Afonso III, é algo que parece não oferecer dúvidas, pois as armas da rainha encontram-se na abóbada do cruzeiro. Dado que o monarca havia casado com D. Beatriz em 1253,

poderemos afirmar com alguma segurança que a igreja não começou a ser construída antes dessa data. O término da mesma também não é seguro.

Tabela II - Património edificado dos concelhos do Triângulo do Mármore com início de construção no século XIV.

Localização	Edifício	Ano de construção	Notas	Referências
Estremoz	Convento de São Francisco	1363?	Túmulo de Esteves Gatzuz feito em mármore branco	SIPA; CMEstremoz
Estremoz	Paços do Concelho Medievais de Estremoz	Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)	Porta ogival e bandeira de armas	CMEstremoz
Estremoz, Mártires	Capela de Nossa Senhora dos Mártires	Início da construção em 1371; reforma no séc. XVII e XVIII	Edificado em silharia de mármore; abside gótica em mármore	SIPA; DGPC; CMEstremoz
Estremoz, Veiros	Castelo de Veiros	Séc. XIV? (iniciada em 1308?)	Bloco de mármore que sobrou da antiga Torre de Menagem	DGPC; CMEstremoz

Não podendo afirmar-se categoricamente que a obra seja posterior à morte de D. Afonso III, parece, contudo, seguro afirmar que a sua edificação se deu após a elaboração do testamento do monarca, em 1271, uma vez que não é mencionada no mesmo (e neste testamento o rei contempla as igrejas mendicantes existentes, sendo ilógico que não contemplasse esta, que ainda por cima teve o apoio da sua mulher). É também seguro afirmar que a construção da igreja terá começado antes de 1304, data em que morre D. Beatriz, sua mecenas. Podemos, portanto, balizar o início da construção entre 1271 e 1304, não sendo de excluir a possibilidade de a fundação datar ainda do reinado de D. Afonso III (claramente um patrono dos mendicantes), tendo-se as obras prolongado até inícios do século XIV. Contudo, o atual aspeto exterior da Igreja São Francisco encontra-se profundamente alterado face ao que deve ter sido o seu aspeto medieval (**Tabela I; Fig. 2D**): a fachada principal foi transformada em 1719, data em que se rasgaram as grandes janelas retangulares e a partir de 1770 desapareceu o portal; as fachadas laterais foram ocupadas a sul por construções diversas, tendo o espaço conventual a norte sido transformado num quartel. Embora tenha sofrido todas estas alterações ao longo dos séculos a escolha do material construtivo mantém-se ao longo dos séculos: mármore de Estremoz, nas suas variedades claras e escuras criando padrões ornamentais no interior da igreja.

Em Portugal, e em Estremoz em particular, a função dos franciscanos em termos sociais foi fundamental, não apenas em termos da introdução de uma nova religiosidade, mas também a nível da dinamização dos po-

los urbanos em que se instalaram, animando as zonas periféricas onde se estabeleceram, particularmente nos primeiros tempos. Parece existir uma preferência por locais (devido ao cenário político do território) que se encontravam ainda em franca expansão, como é o caso de Estremoz.

Nos arrabaldes de Estremoz, encontra-se a Capela de Nossa Senhora dos Mártires (**Fig. 3E**) cuja construção deverá ter arrancado por volta de 1371 (**Tabela II**; Espanca, 1975) tendo sido concluída durante a Dinastia de Avis, por patrocínio do então senhor da vila de Estremoz, D. Nuno Álvares Pereira. Apesar de relativamente pequeno, ilustra bem o período final da arquitetura gótica nacional, imediatamente antes da renovação verificada com o arranque do projeto do Mosteiro da Batalha e a implantação do Tardo-Gótico. Planimetricamente, esta capela-mor é um espaço composto por dois tramos, o primeiro retangular coberto por abóbada em cruzaria de ogivas simples, e o segundo de secção poligonal com abóbada de cadeias com ampla utilização de mármore. Em alçado, as arestas são reforçadas por contrafortes não escalonados, o que permitiu que, entre eles, se rasgassem amplas janelas verticais, geminadas, que inundam de luz o interior. Esta solução caracteriza o extenso grupo de igrejas paroquiais construídas nos reinados de D. Dinis e de D. Afonso IV, influenciadas pela arquitetura mendicante, de que foi exemplo a desaparecida cabeceira gótica do vizinho convento de São Francisco de Estremoz, como sugeriu Túlio Espanca. Novamente reconhecemos a alvura e textura do mármore como matéria-prima que dá corpo ao monumento (**Fig. 3E**).

Não entrando em análise exaustiva de todos os monumentos, é importante referir a descoberta de estelas medievais em mármore que serviam de enchimento das paredes de alvenaria quando decorriam as obras de adaptação da cadeia comarcã de Estremoz a restaurante. A cadeia comarcã de século XVI (embora deva ter sido iniciada ainda no final do século XV; **Tabela III**) é estabelecida numa das prováveis zonas de implantação da necrópole medieval de Santa Maria, o que terá tornado acessível o reaproveitamento dos materiais pétreos associados aos enterramentos. O Túmulo trecentista de Vasco Esteves de Gatzuz feito em mármore da região (**Fig. 3D1**), presente no convento de São Francisco e as estelas medievais referidas demonstram que, na Idade Média do anticlinal, a ligação entre mármore e a reverência aos mortos continua ainda bem preservada.

Em suma, após a instalação das muralhas medievais, entre os séculos XIII e XV, em Estremoz, inicia-se uma alargada campanha construtiva no que diz respeito a edifícios religiosos (como é o caso do convento de São Francisco), administrativos (Paços do Concelho e Casa do Alcaide-Mor) e régios (Torre de Menagem). As diversas tipologias de “edifícios públicos” têm em toda a região uma linha em comum, o mármore de Estremoz.

Tabela III - Património edificado dos concelhos do Triângulo do Mármore com início de construção no século XV.

Localização	Edifício	Ano de construção	Notas	Referências
Estremoz	Casa do Alcaide-Mor	1450	Ombreiras, mainel e colunetes de mármore das janelas; pórtico em mármore	SIPA; DGPC; CMEstremoz
Estremoz	Capela de D. Fradique de Portugal	Séc. XV-XVII (1535 é a data inscrita no pórtico)	Estilo gótico (Séc. XV), Estilo renascentista (Séc. XVI)	SIPA
Estremoz	Cadeia Comarcã de Estremoz	Em 1497, transferência dos serviços prisionais para o imóvel	Silharia nas fachadas e ombreiras das janelas	SIPA; CMEstremoz

3.2. O mármore ao longo da Idade Moderna

Durante o reinado de D Manuel I (r. 1495-1521), as reformas de tipo tributário, legislativo e administrativo contribuem para a constituição de um Império português unificado, dono absoluto de alguns dos mais importantes monopólios comerciais para a época e desenvolvendo assim um estado rico e poderoso. O Rei utiliza toda a riqueza adquirida para apoiar a construção de edificações que funcionam como marketing real dando conta da grandeza e do crescimento económico do império. A região do Triângulo do Mármore não se encontra fora desta realidade. As reformas administrativas e legislativas manuelinas, bem como a reforma dos antigos forais, apontam a clara tendência absolutista do rei, materializada na construção dos diversos pelourinhos na região (Estremoz, Vila Viçosa, Veiros, Canal e Evoramonte; Fig. 4A). Em todos o mármore é o material de eleição e em todos é evidenciada a esfera armilar identificando *Emanuel Rei de Portugal e do Resto*.

Também os Paços do Concelho de Estremoz, por volta de 1500, vão sofrer avultadas obras de modernização e nobilitação. Foi então que as coberturas medievais da sala e do alpendre, inicialmente em madeira, foram abobadadas, ao mesmo tempo que, sobre a secção Nascente do alpendre, se construía uma torre sineira (**Fig. 3C**), obras estas coetâneas da nova cadeia concelhia, também tipicamente manuelina, então construída na cidadela medieval. A cadeia manuelina de Estremoz era, para além de ser também uma das maiores, uma das mais aparatosas cadeias concelhias do Antigo Regime, apenas superada nesta matéria pela muito posterior Cadeia da Relação do Porto, já de Época Pombalina.

A intervenção Manuelina não se vai cingir à esfera administrativa, será nesta época que o edificado religioso vê o seu número multiplicar significativamente.

A românica Igreja Matriz de Santa Maria (**Fig. 4B**), também ela situada na cerca medieval de Estremoz, vai ser adaptada às novas propensões da época transformando-se em igreja-salão. Exibe logo na sua forma exterior a ideia de um sólido geométrico puro e compacto, característica essencial desta arquitetura. Santa Maria será apenas um, dos muitos exemplos que apresentados na Tabela IV, das igrejas reformuladas (outras criadas *ex nihilo*) que irão surgir ao longo do Século XVI em toda esta região. Do mesmo modo que os pelourinhos evocam o poder régio de justiça, é neste período temporal que são executados um conjunto de cruzeiros religiosos (**Tabela IV; Fig. 3D**), que delimitam os espaços sagrados, também eles finamente ornamentados com simbologia manuelina.

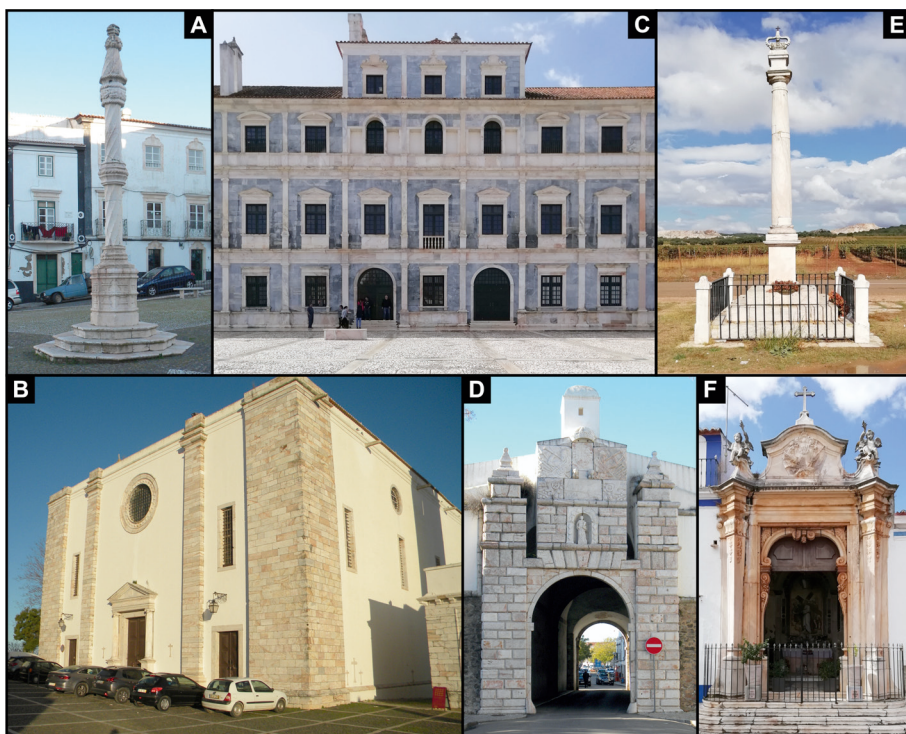


Figura 4: Património edificado de Idade Moderna do Triângulo do Mármore: (A) Pelourinho Manuelino de Estremoz, restaurado durante o século XX tendo em conta o aspecto inicial; (B) Igreja de Santa Maria (Estremoz), construída no século XVI com utilização de silharia em Mármore; (C) Paço Ducal de Vila Viçosa, com a fachada coberta de Mármore branco e negro, utilizado para fazer o padrão cromático bem patente na imagem; (D) Porta de Santo António com ampla utilização de silharia de Mármore, com intuito de monumentalização de uma das entradas da muralha seiscentista de Estremoz; (E) Padrão da Batalha de Montes Claros (Rio de Moinhos, Borba) é todo ele feito em Mármore branco local; (F) Capela dos Passos processionais do Senhor de Borba.

A partir do século XVI deu-se, em Portugal, uma proliferação de conventos femininos, pertença de diversas ordens religiosas. O ingresso das noviças nos conventos raramente se dava por sua própria escolha, mas sim por imposição social, visando à manutenção de estatutos familiares e estabilização social das elites, sobretudo no concernente aos filhos segundos. Existem, porém, outros motivos, como, por exemplo, mulheres com vocações genuínas, mulheres que procuravam evitar casamentos arranjados ou fugiam de maus casamentos, e outras ainda que ingressavam após viuvez, visto esses espaços serem uma alternativa com prestígio social. É neste contexto que surgem os conventos das Chagas (Vila Viçosa) e das Maltezas (Estremoz). No caso do Convento das Chagas, a sua fundação em 1530 (**Tabela IV**), deve-se ao do Duque de Bragança D. Jaime, de modo a que este sirva de panteão das duquesas e para morada de religiosas clarissas. Tendo, em 1534, o papa Paulo III concedido autorização para a fundação do Convento mais faustoso da vila, porque quase todas as professoras provinham da melhor nobreza do Alentejo e do reino. No que diz respeito ao Convento das Maltezas a fundação deve-se ao infante D. Luís, filho de D. Manuel, e serviu de sede de clausura para as freiras da ordem de Malta. A nobreza dos fundadores é refletida na, também nobre, escolha do material de construção dos claustros: o mármore de tonalidades claras do Triângulo do Mármore. **[Figura 4]**

Também a fachada do Paço Ducal de Vila Viçosa é uma excelente mostra da utilização do mármore do Anticlinal nesta época (Fig. 4C). A sua edificação iniciou-se em 1501 por ordem de D. Jaime, o mesmo nobre que fundara o Convento das Chagas, quarto duque de Bragança, contudo as obras prolongaram-se ao longo dos séculos XVI e XVII.

No entanto a utilização do mármore do anticlinal não se restringiu apenas à sua zona de extração. O século XVI constituiu o culminar da importância política, económica, cultural e artística da cidade de Évora. As prolongadas estadias da corte vão dar origem à construção do Paço Real, bem como a inúmeros palácios e residência nobres, conventos, igrejas, colégios e outros edifícios notáveis. O mármore de Estremoz irá ter um papel significativo em todas estas novas construções. Durante as renovações manuelinas realizadas no convento de S. Francisco, em 1513, na então Sala da Rainha e nos aposentos dos Infantes, foi expressamente usada a pedra de Estremoz. Aquando da construção da fonte quinhentista da Praça do Geraldo, demolindo a então existente, situada diante da igreja de Santo Antão, é relatado que “(...) a pedra grande da Fonte se trouxe de Estremoz com muitas juntas de bois, no ano de 1571, e se quebrou uma umbreira da porta, para poder entrar (...)” (Pombo, 1949). A referência é para a Porta da Lagoa, que teve que ser quebrada para passar o bloco de mármore onde foi lavrada, numa pedra única, a fonte que hoje conhecemos (**Fig. 5**). Estes e outros exemplos demonstram que a atividade extrativa do anticlinal está em pleno funciona-

mento no século XVI, dando resposta à elevada necessidade e procura de mármore desta região.



Figura 5: Chafariz quinhentista da Praça do Giraldo (Évora) construído em mármore de Estremoz.

No período da Restauração, as guerras com Castela e a salvaguarda da independência, obrigaram a uma reformulação do sistema defensivo do Reino; um esforço que envolveu todas as classes, desde o Rei, ao clero, nobreza e o povo. Para o reconhecimento de D. João IV como rei de Portugal (r. 1640-1656), este teria que renovar as suas fortificações, o que passaria pela nomeação das vilas e cidades que funcionariam como Praças-Fortes e pelo financiamento de obras de modernização das fortificações, ciência que teve um enorme desenvolvimento a partir do século XVII; foi a orientação seguida pelo rei desde a sua aclamação.

O Alentejo, província de mais fácil penetração do inimigo, e principal via de acesso a Lisboa, foi palco de numerosas investidas e batalhas que impediram o inimigo de tomar de assalto as vilas. Várias linhas de defesa foram delineadas, criando subsistemas entre núcleos urbanos que dependiam uns dos outros para sua defesa. A cidade de Elvas era Chave do Reino, localizada junto à fronteira e em confronto com Badajoz, e a vila de Estremoz era o Arsenal do Alentejo; servia de retaguarda a todas as Praças-Fortes, era o local de reuniões de exércitos, e armazém principal de munições e armas da província.

Tabela IV - Patrimônio edificado dos concelhos do Triângulo do Mármore com início de construção no século XVI.

Localização	Edifício	Ano de construção	Notas	Referências
Borba	Capela de Nossa Senhora da Consolação do Bosque	1505 (ano de fundação); 1548 (ano de reedificação do edifício)	Torres sineiras, ombreiras da porta da igreja em mármore	SIPA; DGPC; CMBorba
Borba	Igreja de São Bartolomeu	1560 (prolongando-se pelos primeiros anos do século XVII)	Moldura rectangular ladeada por duas colunas na porta da fachada principal em mármore; colunas em cantaria em mármore no edifício e torre do sino; esculturas em mármore; janela com ombreiras em mármore do séc. XVIII	SIPA; DGPC; CMBorba
Estremoz	Cruzeiro da Misericórdia de Estremoz	1539 (pressupõem-se a mesma idade da Misericórdia de Estremoz)	Cruzeiro manuelino, realizado em mármore	SIPA; DGPC; CMEstremoz
Estremoz	Convento das Maltesas	Instituído em 1519 1538 (embora deva ter-se iniciado no Séc. XV)	Claustro inferior, com abundante mármore (colunas, bases, capiteis, arcos), de estilo híbrido com elementos góticos e manuelinos	SIPA
Estremoz	Cruzeiro de São Francisco de Estremoz	Séc. XVI a XVII	Cruzeiro híbrido: coluna manuelina e base-pedestal e cruz com traços barrocos em mármore	SIPA; DGPC; CMEstremoz
Estremoz	Igreja de Santa Maria	1560 (concluída no séc. XVI) – primeira referência já no século XIII	Alicerces principais da fachada, arcos e colunas jónicas, ombreiras de portas e janelões, frontão e óculo em mármore	SIPA; DGPC; CMEstremoz
Estremoz	Paços do Concelho Medievais de Estremoz	-	Intensa reforma manuelina, com a construção da torre do relógio, com alicerces de silharia em mármore	CMEstremoz

Localização	Edifício	Ano de construção	Notas	Referências
Estremoz	Pelourinho de Estremoz	Século XVI	Totalmente construído com cantaria de mármore; apenas o fuste, o capitel e o coruchéu de remate são as peças originais	SIPA; DGPC; CMEstremoz
Estremoz	Fonte das Bicas	Conjeturalmente do século XVI	Toda a fonte é feita em mármore (branco e negro)	CMEstremoz
Estremoz, Evoramonte	Pelourinho de Evoramonte	Conjeturalmente do século XVI	Parcialmente destruído sobrando apenas plinto paralelepípedo, solidário com a base da coluna, em mármore branco	SIPA; DGPC; CMEstremoz
Estremoz, Glória	Pelourinho do Canal	Conjeturalmente do século XVI	Base de mármore	SIPA; DGPC; CMEstremoz
Estremoz, Veiros	Igreja de São Salvador	1559-1595 (embora a primeira referência seja de 1269)	Alicerces principais da fachada, colunas jónicas, ombreiras de portas e janelões e óculo em mármore	SIPA; CMEstremoz
Estremoz, Veiros	Pelourinho de Veiros	1539	Feito em mármore branco	SIPA; DGPC; CMEstremoz
Vila Viçosa	Cruzeiro de Vila Viçosa	Primeira metade do século XVI (1478 - 1532)	Soco quadrangular de base e cruz latina de mármore cinzento	SIPA; DGPC
Vila Viçosa	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Reformulação entre 1569 e 1606 de um templo primordial	Portal, colunas, pavimento com tampas de sepultura e alicerces estruturais em silharia de mármore; utilização de mármore brancos e negros-azulados	SIPA; DGPC; CMVila Viçosa
Vila Viçosa	Igreja do Espírito Santo	Igreja primitiva foi erguida em meados do século XVI; fachada actual do séc. XVIII	Portal, retábulos, púlpito e ombreira de janelão sobre o portal em mármore; utilização de mármore brancos e negros-azulados	SIPA; DGPC
Vila Viçosa	Igreja dos Agostinhos	Reconstrução da fachada no primeiro quartel do século XVI, (embora início da construção se tenha dado em 1267)	Fachada e portal, portal lateral e colunas em mármore; pavimento da igreja em mármore negro azulado e branco (sepulturas) intercalado	SIPA; DGPC; CMVila Viçosa

Localização	Edifício	Ano de construção	Notas	Referências
Vila Viçosa	Igreja e claustro do Convento das Chagas	1514-1533	Fachadas contrafortadas, portal da fachada principal, janela da capela-mor, gárgulas, colunas e arcos dos claustros em mármore	SIPA; DGPC; CMVila Viçosa
Vila Viçosa	Paço Ducal de Vila Viçosa	Final do séc. XVI e início do séc. XVII (início da edificação em 1501); acrescento do 3º piso em 1610	Elaboração da fachada de estilo maneirista em mármore cinza e branco	SIPA; DGPC; CMVila Viçosa
Vila Viçosa	Pelourinho de Vila Viçosa	1512 entrega do foral (1496 – 1592 idade provável)	Soco (refeito em 1940), remate e coruchéu de mármore branco, base de mármore cinza-azulado	SIPA; DGPC; CMVila Viçosa
Vila Viçosa	Porta dos Nós	Início do séc. XVI	Colunas e ombreiras em mármore	SIPA; CMVila Viçosa

A então Vila de Estremoz situava-se na encruzilhada de duas vias importantes, a estrada de Elvas e a estrada de Portalegre em direção a Évora ou Lisboa. A fertilidade dos seus terrenos envolventes com numerosas fontes, a qualidade do barro e mármore, foram fatores que fomentaram o seu desenvolvimento urbano e determinaram a escolha para quartel-general do exército no Alentejo a partir da Restauração até 1798 (Costa, 1994).

Em 1661, Estremoz encontrava-se ainda destituída de fortificações, no entanto a partir de 1663, depois da batalha do Ameixial, os trabalhos de fortificação intensificaram-se para melhor garantirem a sua função de quartel-general do Alentejo. Estas construções foram coordenadas pelo Conde de Mesquitela, governador que pela primeira vez assentara a sua residência em Estremoz. Contudo, em 1665, as muralhas ainda não estariam revestidas de pedra, material de revestimento que tornaria mais perene as obras de fortificação.

O desenho do perímetro da nova fortificação teve em consideração a localização da cidadela, sendo esta definida pelo conjunto dos dois núcleos medievais, o bairro do Castelo e o Bairro de Santiago que tinham acesso ao exterior através da porta de Évora e para o interior da vila, através da porta do Sol e da porta da Lage. O traçado poligonal irregular da zona baixa, composto por dez baluartes, três meios baluartes, tem como fulcro o Rossio quando o quartel-general se edificou junto ao Convento das Maltezas. O Rossio, agora Praça de Armas, funciona como eixo principal de onde partem as vias principais em direção aos baluartes. Este traçado viário estruturou a malha urbana de Estremoz, que se completava com as vias que davam acesso às três portas principais, a porta de Santa Catarina, em direção a

Portalegre, a porta de Santo António (**Fig. 4D**) com saída para Elvas, e a porta dos Currais, em direção a Lisboa e Évora. As portas dos Currais e a de Santo António foram desenhadas pelo engenheiro militar João Rodrigues em 1670 e 1676 (**Tabela V**), respetivamente, e são sempre elementos com uma linguagem arquitetónica clássica que representavam a dignidade da Praça. Mesmo em período de guerra, as portas das novas fortificações são monumentalizadas com auxílio do mármore (**Fig. 4D**), como que um símbolo de intransponibilidade destes povoados. Por sua vez as muralhas, são despromovidas de monumentalização, sendo o material utilizado menos nobre. É possível encontrar aqui litótipos de natureza diversa, como calhaus de xisto, meta-dolomias, liditos e quartzo, provenientes das regiões proximais à então Vila de Estremoz (Moreira & Mourinha, 2018).

Também Vila Viçosa será objeto de modernização. Entre 1641 e 1658 abrem-se trincheiras e constroem-se parapeitos nos pontos fracos da vila em torno do castelo velho e novo, repararam-se as ruínas dos muros da vila, derruba-se o açougue, terraplanam-se estradas e conserta-se o postigo da Porta do Sol. Erguem-se as fortificações da Carreira das Nogueiras e decide-se o pagamento diário dos pedreiros. Ainda assim, Vila Viçosa acaba por ser cercada, em 9 junho de 1665, pelas tropas do Marquês de Caracena, que substituíra D. João de Áustria como comandante-chefe das forças espanholas. Diante dos danos sofridos em Vila Viçosa, foi necessário proceder-se a obras de reparação que se estenderam pelo último terço do século, até ao início do século XVIII.

O Triângulo do Mármore torna-se, nesta época, o palco derradeiro da guerra da restauração. É a Batalha de Montes Claros (17 de Junho de 1665), antecedida pela do Ameixial (8 de Julho de 1663), conjugada com os êxitos então obtidos em Trás-os-Montes e Minho, que decide o termo da guerra a favor de Portugal.

Finda a guerra da restauração é tempo de assinalar os locais de vitória para a posteridade, identificando-se os espaços das batalhas do Ameixial e de Montes Claros com Padrões (**Tabela V**). No caso do Ameixial, o padrão é composto por peanha de três degraus e pedestal quadrangular. A coluna tem base e capitel da ordem dórica e remate superior da coroa imperial, com almofada de borlas pendentes, tudo em mármore. No caso de Montes Claros (**Fig. 4E**) uma coluna em mármore branco, levantada sobre um soco de três degraus de planta quadrangular, é rematada por capitel toscano sobre colarinho. O remate é um plinto sobre o qual se destaca uma coroa real fechada. Junto da aldeia de Barro Branco encontra-se ainda uma lápide relembrando a batalha, talhada em mármore da região (Tabela VI). Mandada colocar pelo Marquês de Marialva, no século XVIII, diante da capela de Nossa Senhora da Vitória, a cerca de um quilómetro dos locais do combate. A lápide é um tributo aos que pereceram em batalha, exortando os visitantes do templo a rezarem pelas suas almas e louvando o seu sacrifício pela paz futura do Reino.

Tabela V - Património edificado dos concelhos do Triângulo do Mármore com início de construção no século XVII.

Localização	Edifício	Ano de construção	Notas	Referências
Borba	Igreja das Servas	1604 (pode ter sido iniciada antes) - 1644	A fachada principal com mármore; alicerces em silharia de mármore	SIPA; DGPC; CMBorba
Borba	Capela do Senhor Jesus dos Aflitos	1676 (embora a fachada seja de 1679)	Fachada decorada em xadrez de mármore branco e negro	SIPA; CMBorba
Borba, Rio de Moinhos	Padrão de Montes Claros	XVII-XVIII	Padrão em mármore evocativo da vitória na Batalha dos Montes Claros	SIPA; DGPC; CMBorba
Estremoz	Convento de Santo António	1654-1662 (migração e reconstrução do edifício)	Fachada principal com silharia de mármore	SIPA; CMEstremoz
Estremoz	Fortificação Abaluartada de Estremoz	1670 e 1676 (início da construção da muralha em 1645)	Portas dos Currais e Santo António com arco e estátua em mármore (e Porta de Santa Catarina)	SIPA; CMEstremoz
Estremoz	Porta da Frandina, Muralha Medieval	Séc. XVII	Lápide invocativa da Imaculada Conceição (Guerra da Restauração)	-
Estremoz	Capela da Rainha Santa Isabel	1659 (início da construção da capela)	Colunas/alicerces em Mármore	CMEstremoz
Estremoz	Lago do Gadanha	1688	Forrado com silharia de mármore e a estátua do Gadanha (séc. XVI)	SIPA; CMEstremoz
Estremoz, Santa Vitória do Ameixial	Padrão do Ameixial	XVII (cerca de 1663, ano da batalha em causa)	Padrão (pedestal, coluna, base, capitel e remate superior) em mármore evocativo da vitória na Batalha do Ameixial	SIPA; DGPC; CMEstremoz
Vila Viçosa	Igreja de São Bartolomeu	1636 (ano de fundação), embora iniciada no século anterior	Imponente fachada de mármore, rasgada por três ordens de janelas e o mesmo número de portais, ladeados por colunas tudo em mármore; duas torres sineiras em mármore	SIPA; DGPC; CMVila Viçosa

Ao longo do século XVIII, Vila Viçosa, Borba e Estremoz voltam a conhecer um novo ciclo de intervenções no conjunto do seu património arquitetónico, possivelmente o mais marcante após o fulgente período quinhentista (**Tabela VI**). Avançam, na segunda metade daquele século, diversas reformas arquitetónicas efetuadas no edificado existente bem como a construção de raiz de novos edifícios, em encomendas que partem quer da Igreja, da Casa Real e até da iniciativa privada.

O Triângulo do Mármore reúne entre si um polo artístico de mestres canteiros, escultores e outros artistas, que se fixam com as suas oficinas, respondendo às encomendas que surgem durante toda a Idade Moderna. No caso de Vila Viçosa, a influência da corte de Bragança atraíu para a vila um grande número de fidalgos, religiosos e outros agentes sociais, fomentando o desenvolvimento económico e social da vila, com a construção de enormes palácios, casas nobres, igrejas, conventos e colégios (Tabela VI; Filipe & Hipólito, 2011). Nos casos de Estremoz e Borba, embora com a ausência da presença direta da casa real, parece existir a presença de uma *nobreza civil*, uma espécie de nobreza não hereditária do Antigo Regime, constituída por um conjunto de categorias sociais como oficiais do exército ou proprietários rentistas que, não sendo nobres de sangue, acabavam por ser investidos de títulos nobiliárquicos pelo estatuto e poder económico que detinham.

A emergência do capitalismo português é, desta forma, lenta e contraditória. Numa primeira fase pode situar-se imediatamente na passagem do século XVIII para o XIX, com o papel preponderante da aristocracia fundiária de raiz senhorial e a sua progressiva mescla com a burguesia agrária em expansão, especialmente no Alentejo. As elites económicas desta época de transição foram paulatinamente construindo alianças entre distintas frações de classe, no seio das quais se foi consolidando um sector da burguesia proprietária, inicialmente de base latifundiária e rural, mas que aos poucos foi mercantilizandando os seus investimentos. O referido é aplicável nos casos estremocenses do Palácio dos Henriques, residência do Capitão Barnabé Henriques, e da Quinta do Carmo fundada pelo capitão Garcia Pestana de Brito e Casco. O mesmo parece acontecer com o Palácio dos Coutinhos, em Veiros e com o Palácio dos Casa Nobre dos Morgados Cardosos, em Borba, embora desta feita constatamos que os proprietários pertencem a elites políticas locais. É neste contexto de afirmação, onde há necessidade de demonstrar o estatuto social, que surge este ímpeto construtivo barroco coroado a mármore.

É, no entanto, na arquitetura religiosa que o Barroco se afirma. Do século XVII data o convento de Nossa Senhora da Conceição dos Congregados do Oratório de S. Filipe Néri, situado no Rossio de Estremoz. A obra inicia-se em 1698, arrastando-se até aos princípios do século XIX. Apesar das doações joaninas, o vasto conjunto monástico não se concluiu. A parte que aqui nos interessa especialmente, a igreja de Nossa Senhora da Conceição,

ficou também inacabada. O seu projeto data de 1698 e preconizava uma fachada movimentada, com ritmo semelhante à igreja de Santa Engrácia em Lisboa onde se alternava o côncavo com o convexo; as obras estremocense e lisboeta são praticamente contemporâneas. Na igreja de Estremoz essa movimentação confina-se apenas à fachada principal. Nesta predominam as três entradas, enquadradas por grossas pilastras de ordem dórica com vários andares, em mármore branco da região. Tanto Santa Engrácia como Nossa Senhora da Conceição são exemplares originais e raros inacabados, reforçando a ideia da difícil aceitação que os alçados ondulantes encontravam no gosto português.

Não ficaria de modo algum completa a referência à utilização de mármore, nesta época, se não mencionássemos os Passos Processionais do Senhor em Borba (**Fig. 4F**), os maiores do país. Datáveis de cerca de 1755, seguem a tradição de construir passos processionais monumentais iniciada em Évora em 1719 e seguida por Vila Viçosa e Estremoz (Tabela VI). Muito provavelmente foram construídos por iniciativa da Venerável Ordem Terceira, que geria a procissão da imagem do Senhor dos Passos, atualmente mais conhecida pelo Senhor Jesus dos Aflitos, a mais importante devoção de Borba. São quatro passos monumentais, dispersos pela vila, com portal em mármore (**Fig. 4F**), frontão ladeado por dois anjinhos, planta quadrada, interior revestido a pintura mural, altar com tela pintada a óleo e cobertura em forma de coruchéu com estuques.

Tabela VI - Exemplos do património edificado dos concelhos do Triângulo do Mármore com início de construção no século XVIII.

Localização	Edifício	Ano de construção	Notas	Referências
Borba	Casa Nobre dos Morgados Cardoso	Finais do século XVIII (1783)	Fachada principal: alicerces, ombreiras e portal em mármore; escadaria de estilo barroco feita em mármore	SIPA; DGPC; CMBorba
Borba	Fonte das Bicas ou Chafariz de Borba	1781-1785	Construída em cantaria de mármore, com estilo barroco, rococó e neoclássico	SIPA; DGPC; CMBorba
Borba	Passos processionais do Senhor (no total de 4)	1755	Fachadas imponentes em mármore; pavimento em xadrez com duas tonalidades de mármore entre outras utilizações	SIPA; DGPC; CMBorba
Borba	Pelourinho de Borba	Provável construção no século XVIII	Todos os fragmentos de pelourinho (apeado no século XIX) são talhados em mármore	SIPA; DGPC

Localização	Edifício	Ano de construção	Notas	Referências
Borba, Barro Branco	Padrão Comemorativo da Batalha de Montes Claros	Segunda metade do século XVIII.	Lápide (4x3 m) em mármore evocativo de uma vitória militar (na frente da Igreja de Nossa Senhora da Vitória)	DGPC; CMBorba
Estremoz	Capela do Santo Cristo	1751 (a capela foi mandada construir em 1574)	Fachadas em mármore; Cruzeiro e aspecto actual da capela com referências ao Neoclássico e o Rococó	CMestremoz
Estremoz	Convento dos Congregados	1698-1700 e 1703	Fachada principal em silharia de mármore	SIPA; DGPC; CMestremoz
Estremoz	Capelas dos Passos (inicialmente 5, mas só 4 capelas persistem)	Inícios do século XVIII	Ampla utilização de mármore com tonalidades distintas; altares e alicerces em cantaria de mármore	CMestremoz
Estremoz	Castelo de Estremoz	1736/1740	Pórtico Joanino feito em mármore	SIPA
Estremoz	Convento de Nossa Senhora da Consolação (Agostinhos)	1719 (mas iniciado já no século XVI)	Fachada da igreja e convento, de arquitetura barroca, com ampla utilização de mármore	CMestremoz
Estremoz	Igreja do Convento de São Francisco	1734-1783	Intensa remodelação da igreja, incluindo reconstrução da fachada principal, com ampla utilização de mármore	SIPA; DGPC; CMestremoz
Estremoz	Palácio dos Henriques ou Palácio Tocha	Segunda metade do Séc. XVIII	Escadarias, ombreiras de portas (internas e externas) e janelas, frontões e moldurações em mármore; Barroco	SIPA; DGPC; CMestremoz
Estremoz	Palácio dos Marqueses de Praia e Monforte	Séc. XVIII (reinado de D. João V)	Escadaraia, ombreiras de portas e janelas em cantaria de mármore; Barroco terminal	SIPA; CMestremoz
Estremoz	Quinta de Dona Maria	1718-1756	Estátuas, cantarias, portal e brasão de Dona Maria em mármore; arquitetura barroca e joanina	SIPA; CMestremoz
Estremoz	Igreja de Santo André	1705-1724 (demolida em 1960)	Resta a estátua de Santo André (em mármore), mas no edifício várias eram as peças em mármore	SIPA

Localização	Edifício	Ano de construção	Notas	Referências
Estremoz	Casa do Alcaide-Mor	Séc. XVIII	Janela do piso nobre, varanda de sacada, com balaustrada em mármore.	SIPA; DGPC
Estremoz	Fonte de Santa Maria (Santo António)	1702	Lápide em Mármore com inscrição do ano de construção; parcialmente reconstruído	-
Estremoz, Veiros	Capela de Nossa Senhora da Conceição	Séc. XVIII (reinado de D. Maria)	Características do Rocóco e neoclássico; brasão de família e colunas estruturais em mármore	SIPA; CMEstremoz
Estremoz, Veiros	Palácio dos Coutinhos	1700 início da construção, com término a meados do séc. XVIII	Utilização ampla de cantaria de mármore nas ombreiras das janelas e portas da fachada principal	SIPA; DGPC; CMEstremoz
Vila Viçosa	Edifício dos Paços do Concelho de Vila Viçosa	Entre 1754 e 1757	Portal de entrada, escadaria interna, ombreiras e colunas-alicerces em mármore	DGPC
Vila Viçosa	Igreja de Nossa Senhora da Lapa	1756 - 1764	Retábulo neoclássico em mármore policromáticos; Fachada principal: remate do portal e janelão do coro-alto também em mármore	SIPA; DGPC; CMVila Viçosa
Vila Viçosa	Passos de Cristo/ Estações da Via Sacra de Vila Viçosa	1610 com reformulação em 1741	Acrescento dos pórticos de mármore durante a reformulação	DGPC
Vila Viçosa	Porta da Tapada, em São Bento	1729 / 1752	Porta da tapada, frontal e brasão em mármore	DGPC

Este período é, como o próprio barroco, pautado por inúmeras contradições: o ser e o parecer, pompa e despojamento, poder e impotência, binómios que marcam toda esta época. O mármore acaba por ter uma dupla função: impressionar e veicular conteúdos ideológicos.

3.3. Idade Contemporânea; a exploração industrial atual

Por norma o Alentejo é historicamente caracterizado pelo seu atraso e decadência em relação a outras regiões mais desenvolvidas do ponto de vista industrial e económico. Esta caracterização, que remonta já aos inícios da expansão ultramarina e ao início da época moderna, é definida por bloqueios estruturais intransponíveis e por um imobilismo económico, so-

cial e cultural. Aparentemente o século XIX, século das revoluções, ao invés de rebater, consolidou esta noção e o século XX limitou-se a seguir a mesma linha de pensamento.

Contudo, esta perspetiva de um inabalável e multissecular trajeto de regressão e empobrecimento relativo no contexto nacional não aparenta ser aplicável ao Triângulo do Mármore. No plano económico, apesar da incontestável relevância do sector agrário, esta região vivenciou um momento de crescimento suportado pela diversidade de atividades. Não se tratando de um processo de «industrialização», esta região acaba por atrair alguma indústria moderna, como é o caso da moagem, da cortiça ou da indústria extrativa.

A elite económica emergente em Estremoz, Borba e Vila Viçosa com a vitória do liberalismo adquiriu, com o apoio de diversos agentes nacionais e estrangeiros, um papel dinâmico e modernizador na economia regional.

O caso da família Reynolds, em Estremoz, parece-nos um bom exemplo. Thomaz e Robert Hunter Reynolds, em 1844, instalam em Estremoz uma fábrica de cortiça. Apesar do empenho industrial, com especial enfoque no sector corticeiro, Robert Reynolds aposta também no sector imobiliário adquirindo grandes propriedades fundiárias, colocando-o entre os latifundiários da região. Os Reynolds aumentam o seu interesse na aquisição de imóveis a partir de 1854, investindo principalmente em terrenos e prédios urbanos (quer para habitação familiar quer para instalação das fábricas). No final do século os Reynolds continuavam a ser importantes industriais corticeiros que tinham, no entanto, mais de metade do seu património investido na propriedade fundiária e aplicado na atividade agrícola. Com avultada fortuna consumada entre 1905 e 1906, Roberto Rafael Reynolds, em terrenos anteriormente adquiridos pela família, constrói o ainda hoje denominado Palácio Reynolds (**Fig. 6A**). Outra indústria que conhece um desenvolvimento importante na segunda metade do século XIX é a indústria de moagem. Em 1852 estabelece-se em Estremoz uma importante fábrica de moagem, na qual foi introduzida, no ano seguinte, uma máquina de vapor (Matos, 1991). O proprietário inicial, José Rodrigues Tocha, o agora dono do Palácio dos Henriques (Tabela VI), estava igualmente interessado em outros ramos industriais. Pede, em 1860, a concessão do privilégio como inventor de um processo de preparação de fosfato de cal solúvel, destinado ao fabrico de adubos artificiais. No mesmo ano pede a concessão provisória das minas de cobre de Cherez e Barcas (Reguengos) e da mina de manganés da Herdade da Almagreira (Vila Viçosa). José Rodrigues Tocha acaba por participar de modo ativo na vida pública estremocense, construindo a expensas próprias o Jardim Público de Estremoz.



Figura 6: Património edificado de Idade Contemporânea do Triângulo do Mármore: (A) Fachada do Palácio Reynolds, com cantaria em Mármore aplicada nas janelas e portas; (B) A Fonte do Hospital Real de São João de Deus é dos vários exemplos da utilização de mármore na construção civil nos séculos XIX e XX; (C) Monumento alusivo aos soldados que perderam a vida na 1ª Guerra Mundial.

Estes exemplos comprovam a emergência de um novo tipo de burguesia industrial que investe na compra de imóveis e de propriedade fundiária. Embora próspera encontra-se, no final da década de 30 e no princípio da década de 40 do século XIX, limitada pela incapacidade de alargamento do mercado local. O seu estatuto social obriga-os a viver em ilustres palácios como a velha nobreza de outrora, onde o mármore é rei.

Tabela VII - Património edificado dos concelhos do Triângulo do Mármore com início de construção no século XIX

Localização	Edifício	Ano de construção	Notas	Referências
Borba	Palácio Silveira Menezes	Primeira metade do século XIX	Mármore ombreiras de portas e janelas	SIPA; DGPC; CMBorba
Estremoz	Fonte do Espírito Santo	1864	Construída em cantaria de mármore, com estilo tardo-barroco	CMEstremoz
Estremoz	Fonte do Hospital Real de São João de Deus	1834/36 (transladada para localização actual em 1901)	Construída em cantaria de mármore, com estilo clássico. Brasão de armas em relevo na fonte	CMEstremoz
Estremoz	Praça Luis de Camões – Calçada	1869?	Calçada tricolor, utilizando mármore branco	-
Estremoz	Capela da Rainha Santa Isabel	1808	Coro em mármore branco com inscrição latina	CMEstremoz

A “indústria extrativa” do mármore, por sua vez, continuava a seguir padrões antiquados desenvolvendo-se de acordo com necessidades pontuais, recorrendo a ferramentas e técnicas utilizadas desde a época romana, re-

correndo ainda à força de braços ou a animais (**Fig. 7**). A lavra, por ter características ocasionais, não exigia grande aprofundamento da pedra, nem o avanço tecnológico a tal permitia; até 1885 a profundidade não ultrapassaria os dez metros. Não existindo necessidade de matéria-prima a pedra era facilmente aterrada permitindo reaproveitar o terreno para uso agrícola (Matos & Quintas, 2015). A “modernização” começa a despontar entre 1918 e 1928 com a chegada das grandes sociedades de exploração, com objetivos de exportação internacional e equipadas de novos conhecimentos e tecnologias. A introdução do fio helicoidal permite otimizar a produtividade reduzindo substancialmente o processo de corte de grandes blocos e o abastecimento elétrico, a partir de 1950, possibilitam a exploração intensiva e, conseqüentemente, um preço mais competitivo. O mármore está finalmente acessível às massas.



Figura 7: Pedreira da Cerca de Santo António (Estremoz) em laboração em Setembro de 1901, mostrando as técnicas rudimentares utilizadas na exploração de mármore início do século XX (Foto de Ernesto Vieira; Fotografia cedida pela Biblioteca Municipal de Estremoz/ Arquivo Fotográfico).

Tabela VIII - Património edificado dos concelhos do Triângulo do Mármore com início de construção no século XX

Localização	Edifício	Ano de construção	Notas	Referências
Estremoz	Café Águias D'Ouro	1908-1909	Calçada dianteira, feita com dois tipos de mármore	-
Estremoz	Calçada de Estremoz	1923-1926	Calçada evocativa da implantação da República	CMEstremoz
Estremoz	Convento dos Congregados	1961-1967; 1974	Reconstrução da restante fachada	CMEstremoz
Estremoz	Estação de Caminhos-de-ferro	1903-1905	Ombreiras das portas	-
Estremoz	Fonte dos Currais	1907	Cantaria em mármore com estilo revivalista	CMEstremoz
Estremoz	Palácio Reynolds	1905-1906?	Ombreiras dos janelões e porta e base de terraço da fachada principal em mármore	CMEstremoz
Estremoz	Pelourinho de Estremoz	1916 (reconstrução)	Reconstrução e restauro do pelourinho de acordo com a estrutura original pelo arqueólogo Luís Chaves	SIPA; DGPC; CMEstremoz
Estremoz	Ameias da Torre de Menagem	1940	Acrescento de ameias à Torre de Menagem Medieval	DGPC
Estremoz	Tribunal da Comarca de Estremoz	1964	Construído no local onde se localizava a Igreja de Santo André	SIPA
Estremoz	Monumento aos Mortos da Grande Guerra	1941	Base do monumento totalmente construída em mármore branco e negro	-

Até 26 de Maio de 1952, data de inauguração da rede pública de abastecimento de água em Estremoz, eram os aguadeiros que asseguravam a distribuição domiciliária de água. Cada aguadeiro tinha os seus clientes certos abastecidos pela fonte que frequentava. Talvez por este motivo, no século XIX, teria o município necessidade de criar várias fontes, todas com cantaria de mármore (**Fig. 6B; Tabelas VII e VIII**), como seria expectável da parte de tão ilustre edilidade.

Em 21 de Setembro de 1835 é proibida a realização de enterramentos dentro dos edifícios religiosos e sua envolvente próxima, obrigando à existência de Cemitérios públicos em todas as povoações do País em defesa da salubridade pública e necessidade de observação de normas sanitárias. Passa, deste modo, o cemitério a ser encarado pelas classes dominantes

como um espaço privilegiado para a sua representação, para a ostentação de um estatuto social e como incentivo de uma nova disciplina: a heráldica tumular, composta por epitáfios fúnebres, estatuária alegórica e ornamentos de motivos variados, tendo como finalidade o tradicional culto da Família e o desejo de perpetuação do seu nome, se possível, adornado de epítetos e brasões (Fig. 6C). As famílias mais modestas, no entanto, desejam igualmente eternizar a memória do ente querido que partiu. Deste modo, onde o mármore é abundante, os cemitérios revelam um processo de miniaturização da cidade. Assim, ao nível do traçado, os Cemitérios destas localidades alentejanas organizam-se, à imagem da cidade, por ruas e quarteirões, sendo que os espaços de rua com maior exposição pública ficam reservados à implantação dos jazigos de família e, os interiores dos quarteirões resultantes de traçado ortogonal são reservados para as sepulturas individuais de classes sociais mais baixas.

Finalizamos assim, um pouco como iniciámos, esta viagem ao longo dos séculos onde o mármore mantém eternamente fóssil o seu simbolismo de pedra nobre elo entre mundos.

4. Considerações finais

Mais do que apresentar uma exaustiva análise formal dos elementos levantados, foi aqui demonstrado a longa diacronia de exploração e utilização de mármore em todo o Anticlinal de Estremoz. Esta matéria-prima de beleza inegável foi intensamente explorada ao longo do tempo histórico, com início (proto-)industrial pelo menos desde a Antiguidade Clássica, nomeadamente durante o período de ocupação romana da Península Ibérica. Os dados aqui apresentados mostram claramente que a exploração industrial de mármore na região se deve ter mantido de forma contínua desde o século XIII à atualidade.

Sempre que possível optou-se por realizar uma interpretação simbólica e social da aplicação deste recurso nos contextos onde é utilizado. O mármore assume papel de eleição quando é essencial a proximidade com os deuses (em locais de culto) e ao nobre (na estatuária, brasões, palácios e casas senhoriais). É a tela onde se imortaliza o diálogo entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos (epígrafes e lápides). É o marco que nobilita o espaço de transição entre o interior e o exterior (ombreiras e portas da restauração). Para além da sua essência pétreia, adquire valor simbólico sendo, por este motivo, também ele uma construção social.

Agradecimentos

Este trabalho foi parcialmente financiado pela União Europeia através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (Programa ALENTEJO 2020), através do projeto “Modelos metalogénicos 3D da zona de Ossa Morena: valorização dos recursos minerais do Alentejo” (REF: ALT20-03-0145-FEDER-000028).

Referências Bibliográficas

- ALARCÃO, A., ed. (1997) – *Portugal Romano. A Exploração dos Recursos Naturais* (Catálogo de Exposição). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- ALARCÃO, J. (1988) – *O domínio romano em Portugal*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- ALARCÃO, J. (1990) – A Urbanização de Portugal nas épocas de César e Augusto. In TRILLMICH, W.; ZANKER, P., eds., *Stadtbild und Ideologie. Die Monumentalisierung Hispanischer Städte Zwischen Republik und Kaiserzeit (Kolloquium, Madrid, 1987)*. München: Bayerische Akademie der Wissenschaften. pp. 43-57.
- ALARCÃO, J.; TAVARES, A. (1989) – A Roman marble quarry in Portugal. In R. I. Curtis (ed), *Studia Pompeiana & Classica in honour of Wilhemina F. Jashlemsky*. New York: Aristide Cantzas Vol. II, pp. 1-12.
- ÁLVARO, J. J., BELLIDO, F., GASQUET, D., PEREIRA, M. F., QUESADA, C., SÁNCHEZ-GARCÍA, T. (2014) – Diachronism in the late Neoproterozoic-Cambrian arc-rift transition of North Gondwana: A comparison of Morocco and the Iberian Ossa-Morena Zone. *Journal of African Earth Sciences*. 98, pp. 113-132. DOI: 10.1016/j.jafrearsci.2014.03.024
- ARAÚJO, A.; PIÇARRA, J.; BORREGO, J.; PEDRO, J.; OLIVEIRA, J. T. (2013) – As regiões central e sul da Zona de Ossa-Morena. In DIAS, R.; ARAÚJO, A.; TERRINHA, P.; KULLBERG, J. C., ed. – *Geologia de Portugal* (Vol. I). Escolar Editora: Lisboa. pp. 509-549.
- CABRAL, J. M. P.; MACIEL, M. J.; LOPES, L.; LOPES, J. M. C.; MARQUES, A. P. V.; MUSTRA, C. O.; CARREIRA, P. M. (2001) – Petrographic and isotopic characterization of marble from the Estremoz Anticline: its application in identifying the sources of Roman works of art. *Journal of Iberian Archaeology*. 3, pp. 121-128.
- CABRAL, J. M.; VIEIRA, M.C.R.; CARREIRA, P. M.; FIGUEIREDO, M. O.; PENA, T. P.; TAVARES, A. (1992) – Preliminary study on the isotopic and chemical characterization of marbles from Alto Alentejo (Portugal). In WAELEKENS, M.; HERZ, N.; MOENS, L., eds. – *Ancient Stones: Quarrying, Trade and Provenance e Interdisciplinary Studies on Stones and Stone Technology in Europe and Near East from the Prehistoric to the Early Christian Period*. Leuven University Press: Leuven. pp. 191-198.
- CARDOSO, J. L. (2001-2002) – Os esferóides de calcário do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras) e suas possíveis finalidades. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. Vol. 10, pp. 77-88.
- CARNEIRO, A. (2013) – Um primeiro olhar sobre o povoamento romano no concelho de Vila Viçosa. *Calipolle*. Vila Viçosa. 21, pp. 199-220.
- CATARINO, H. (2006) – Formas de ocupação rural de Alcoutim (séculos V X). In *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología Universidad Autónoma de Madrid* (CuPAUAM). Madrid. Vol. 32, pp. 117-136.
- CISNEROS, M. C.; AGUILLAR, J. G.; SOMOVILLA DE MIGUEL, I. A. (2010-2011) – El uso del mármol en la arquitectura de Asturica Augusta. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 21-22, pp. 93-126.
- COSTA, M. A. (1994) – Breve recopilação da fundação, antiguidades e excelências de Estremós. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Coimbra. Vol. XLII, pp. 136.

- CUNHA, M. W. (2008) – As necrópoles de Silverona (Santo Estêvão, Estremoz). Reflexões sobre a Antiguidade Tardia. *Vipasca - Arqueologia e História*. Aljustrel. N° 2, 2ª Série, pp. 456 - 463.
- DEUS, A. D.; VIANA, A. (1953) – Mais três dólmens da região de Elvas (Portugal). *Zephyrus*. Salamanca. 4, pp. 227-240.
- DIAS, R.; MOREIRA, N.; RIBEIRO, A.; BASILE, C. (2017) – Late Variscan Deformation in the Iberian Peninsula; A late feature in the Laurasia-Gondwana Dextral Collision. *International Journal of Earth Sciences (Geol Rundsch)*. 106:2, pp. 549-567. DOI: 10.1007/s00531-016-1409-x
- DIAS, R.; RIBEIRO, A.; ROMÃO, J.; COKE, C.; MOREIRA, N. (2016) – A review of the Arcuate Structures in the Iberian Variscides; Constraints and Genetic Models. *Tectonophysics*. 681C, pp. 170-194. DOI: 10.1016/j.tecto.2016.04.011
- ESPANCA, T. (1975) – *Inventário Artístico de Portugal - Distrito de Évora*. Vol. II. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.
- FABIÃO, C.; SCHATTFNER, T.; GUERRA, A. (2008) – El mármol en el Santuario de Endovellicus. In NOGALES BASARRATE, T.; BELTRÁN FORTES, J., eds., *Marmora Hispana: Explotación y uso de materiales pétreos en la Hispania Romana*. Roma: "L'Erma" di Bretschneider (Hispania Antigua. Série Arqueológica, 2), pp. 391-405.
- FILIPPE, C.; HIPÓLITO, R. (2011) – *História da Indústria dos Mármore nos concelhos de Borba, Estremoz e Vila Viçosa*. [s.1.]
- GONÇALVES, F. (1970) – Contribuição para o conhecimento geológico dos mármore de Estremoz. *Est. Notas e Trabalhos do SFM*. Porto. 20:1-2, pp. 201-209.
- GONÇALVES, F. (1972) – *Mapa Geológico de Portugal à escala 1:50 000, 36-B (Estremoz)*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- GONÇALVES, F.; COELHO, A. P. (1974) – *Notícia explicativa da folha 36-B, Estremoz*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- GOZALO, R.; LIÑÁN, E.; PALACIOS, T.; GÁMEZVINTANED, J. A.; MAYORAL, E. (2003) – The Cambrian of the Iberian Peninsula: an overview. *Geologica Acta*. Barcelona. 1, pp. 103-112.
- HAUSCHILD, T. (1991) – El templo romano de Évora. *Templos romanos de Hispânia. Cuadernos de Arquitectura Romana*. Vol. 1, pp. 107 - 117.
- HAUSCHILD, T. (1995/1997) – Um capitel jónico romano descoberto no subsolo do Museu de Évora. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Vol. 13/15, pp. 415 - 428.
- HAUSCHILD, T. (2010) – Algumas observações nas construções do foro de Eboracae. In NOGALES BASARRATE, T., coord. – *Cidade e foro na Lusitânia Romana*, (Studia Lusitana 4). Badajoz: [s.n.]. pp. 27-36.
- IRCP = ENCARNAÇÃO, J. (1984) – *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*. 2 vols. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Arqueologia.
- LAPUENTE, M. P.; TURI, B. (1995) – Marbles from Portugal: petrographic and isotopic characterization. *Science and Technology for Cultural Heritage*. 4, pp. 33-42.
- LAPUENTE, P.; NOGALES BASARRATE, T.; ROYO, H.; BRILLI, M. (2014) – White marble sculptures from the National Museum of Roman Art (Mérida, Spain): sources of local and imported marbles. *Eur. J. Mineral*. 26, pp. 333-354. DOI: 10.1127/0935-1221/2014/0026-2369

- LAPUENTE, P.; TURI, B.; BLANC, P. (2000) – Marbles from Roman Hispania: stable isotope and cathodoluminescence characterization. *Applied Geochemistry*. 15, pp. 1469-1493
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter & Co. (Madrider Forschungen Band 1/2).
- LIMÃO, F. (2007) – *Espaço, Forma e Iconografia: Os Capitéis da Antiguidade Tardia em Portugal, a sul do Tejo (grupos episcopais pacense e eborense)*. Tese de Mestrado (não publicada), Universidade Nova de Lisboa.
- LNEG (20103) – *Geological map of Portugal at 1:1 000 000*. Lisboa: Laboratório Nacional de Energia e Geologia.
- LOPES, J. L. (2003) – *Contribuição para o conhecimento Tectono-Estratigráfico do Nordeste Alentejano, transversal Terena-Elvas. Implicações económicas no aproveitamento de rochas ornamentais existentes na região (Mármore e Granitos)*. Tese de Doutoramento (não publicada), Universidade de Évora.
- LOPES, J. L. (2007) – O triângulo do mármore: estudo geológico. *Monumentos*. 27, pp. 6-15.
- LOPES, J. L.; MARTINS, R. (2015) – Global Heritage Stone: Estremoz Marbles, Portugal. In PEREIRA, D.; MARKER, B. R.; KRAMAR, S.; COOPER, B. J.; SCHOUENBORG, B. E., eds. (2015) – *Global Heritage Stone: Towards International Recognition of Building and Ornamental Stones*. Londres: Geological Society of London, Special Publications. 407, pp. 57-74. DOI: 10.1144/SP407.10
- MACIEL, J. (1998) – Arte romana e pedreiras de mármore na Lusitânia: novos caminhos de investigação. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. Lisboa. 11, pp. 233-245.
- MATOS, A. C.; QUINTAS, A.; FILIPE, C.; SOUSA, C. A.; HIPÓLITO, R.; ALVES, D., ed. (2015) – *Mármore, património para o Alentejo: contributos para a sua história (1850-1986)*. Vila Viçosa: Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Patrimónios.
- MORBIDELLI, P.; TUCCI, P.; IMPERATORI, C.; POLVORINOS, A.; PREITE MARTINEZ, M.; AZZARO, E.; HERNANDEZ, M. J. (2007) – Roman quarries of the Iberian peninsula: “Anasol” and “Anasol”-type. *Eur J Mineral*. 19, pp. 125-135. DOI: 10.1127/0935-1221/2007/0019-0125
- MOREIRA, N. (2017) – *Evolução Geodinâmica dos sectores setentrionais da Zona de Ossa-Morena no contexto do Varisco Ibérico*. Tese de Doutoramento (não publicada), Universidade de Évora.
- MOREIRA, N.; MOURINHA, N. (2018) – *As Histórias por detrás da História; um Percorso pelo Património Histórico Edificado de Estremoz*. Guião da visita guiada realizada no âmbito da 2ª Edição do “Workshop Arqueologia 3.0: Comunicação, Divulgação e Socialização da Arqueologia” (FCB – MBCB e UÉ – CCVEstremoz, 15-16 Março 2018), Estremoz.
- MOREIRA, N.; ARAÚJO, A.; PEDRO, J. C.; DIAS, R. (2014a) – Do rifting continental à abertura do Oceano Rheic; evidências de cariz multidisciplinar na Zona de Ossa-Morena. *Livro de actas do IV Congresso Jovens Investigadores em Geociências*, LEG 2014. Estremoz. pp. 21-24.

- MOREIRA, N.; ARAÚJO, A.; PEDRO, J. C.; DIAS, R. (2014b) – Evolução geodinâmica da Zona de Ossa-Morena no contexto do SW Ibérico durante o Ciclo Varisco. *Comunicações Geológicas*. 101:1, pp. 275-278.
- MOREIRA, N.; DIAS, R. (2015) – Das estruturas geológicas à edificação de uma Cadeia de Montanhas; do Ciclo das Rochas ao Ciclo Tectónico. *Geonovas*. 28, pp. 33-45. ISSN 0870-7375
- MOREIRA, N.; PEDRO, J.; SANTOS, J. F.; ARAÚJO, A.; ROMÃO, J.; DIAS, R.; RIBEIRO, A.; RIBEIRO, S.; MIRÃO, J. (2016) – $^{87}\text{Sr}/^{86}\text{Sr}$ ratios discrimination applied to the main Paleozoic carbonate sedimentation in Ossa-Morena Zone. In *IX Congreso Geológico de España (volumen especial)*. *Geo-Temas*. 16:1, pp. 161-164. ISSN 1576-5172.
- MOREIRA, N.; PEDRO, J. C.; SANTOS, J.; INÊS, N.; ARAÚJO, A.; DIAS, R.; RIBEIRO, S.; ROMÃO, J.; MIRÃO, J. (2018) – Effects of secondary late dolomitization on $^{87}\text{Sr}/^{86}\text{Sr}$ isotopic ratio; examples from Ossa-Morena Zone carbonates. *Livro de actas do XIV Congresso de Geoquímica dos Países de Língua Portuguesa, XIX Semana da Geoquímica*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Escola de Ciências da Vida e do Ambiente, Departamento de Geologia. pp. 223-226.
- NOGALES BASARRATE, T. (1997) – El retrato privado en *Augusta Emerita*. (2 vols.) Badajoz: Museo Nacional de Arte Romano.
- OLIVEIRA, J. T.; OLIVEIRA, V.; PIÇARRA, J. M. (1991) – Traços gerais da evolução tectono-estratigráfica da Zona de Ossa Morena, em Portugal: síntese crítica do estado actual dos conhecimentos. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa. 77, pp. 3-26.
- ORIGLIA, F.; GLIOZZO, E.; MECCHERI, M.; SPANGENBERG, J. E.; TURBANTI MEMMI, I.; PAPI, E. (2011) – Mineralogical, petrographic and geochemical characterisation of white and coloured Iberian marbles in the context of the provenancing of some artefacts from Thamusida (Kenitra, Morocco). *Eur. J. Mineral.* 23, pp. 857-869. DOI: 10.1127/0935-1221/2011/0023-2145
- PEREIRA, M. F.; SOLÁ, A. R.; CHICHORRO, M.; LOPES, L.; GERDES, A.; SILVA, J. B. (2012) – North-Gondwana assembly, break up and paleogeography: U-Pb isotope evidence from detrital and igneous zircons of Ediacaran and Cambrian rocks of SW Iberia. *Gondwana Research*. 22:3-4, pp. 866-881. DOI:10.1016/j.jgr.2012.02.010
- PIÇARRA, J. M. (2000) – *Estudo estratigráfico do sector de Estremoz-Barrancos, Zona de Ossa Morena, Portugal*. (2 vols.) Tese de Doutoramento (não publicada), Universidade de Évora.
- PIÇARRA, J. M.; LE MEEN, J. (1994) – Ocorrência de crinóides em mármore do Complexo Vulcano-Sedimentar Carbonatado de Estremoz: implicações estratigráficas. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa. 80, pp. 15-25.
- PIÇARRA, J. M.; SARMIENTO, G. (2006) – Problemas de posicionamento estratigráfico dos Calcários Paleozóicos da Zona de Ossa Morena (Portugal). In *Livro de actas do VII Congresso Nacional de Geologia* (vol. II). Estremoz. pp. 657-660.
- POMBO, P. M. R. (Apresent. e Anot.) (1949) – Lembranças Eborenses (de Manuel Severim de Faria). *A Cidade de Évora*. Évora. Ano VI, nº. 17, pp. 535-554.

- RIBEIRO, A.; ANTUNES, M. T.; FERREIRA, M. P.; ROCHA, R. B.; SOARES, A. F.; ZBYSZEWSKI, G.; MOITINHO DE ALMEIDA, F.; CARVALHO, D.; MONTEIRO, J. H. (1979) – *Introduction à la géologie générale du Portugal*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- RIBEIRO, A.; MUNHÁ, J.; DIAS, R.; MATEUS, A.; PEREIRA, E.; RIBEIRO, L.; FONSECA, P.; ARAÚJO, A.; OLIVEIRA, T.; ROMÃO, J.; CHAMINÉ, H.; COKE, C.; PEDRO, J. (2007) – Geodynamic evolution of SW Europe Variscides. *Tectonics*. 26, TC6009. DOI: 10.1029/2006TC002058
- Taelman, D.; Elburg, M.; Smet, I.; Paepe, P.; Lopes, L.; Vanhaecke, F.; Vermeulen, F. (2013) – Roman marble from *Lusitania*: petrographic and geochemical characterization. *Journal of Archaeological Science*. 40, pp. 2227-2236. DOI: 10.1016/j.jas.2012.12.030
- WOLFRAM, M. (2011) – *Uma Síntese sobre a Cristianização do Mundo Rural no Sul da Lusitania*. *Arqueologia. Arquitectura. Epigrafia*. Tese de Doutoramento (não publicada), Universidade de Lisboa.

Web sites consultados

Câmara Municipal de Borba (CMBorba)

<http://www.cm-borba.pt/pt/turismo/visitar/> (consultado a 02 de Outubro de 2018)

Câmara Municipal de Vila Viçosa (CMVila Viçosa)

<http://www.cm-vilaviosa.pt/pt/visitar/oquevisitar> (consultado a 02 de Outubro de 2018)

Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA)

<http://www.monumentos.pt/> (consultado a 02 de Outubro de 2018)

Direção Geral do Património Cultural (DGPC)

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/> (consultado a 02 de Outubro de 2018)

Câmara Municipal de Estremoz (CMEstremoz)

<http://www.cm-estremoz.pt/> (consultado a 02 de Outubro de 2018)